

## **PROJETO DE LEI N.º 914, DE 2023**

(Do Sr. Rubens Pereira Júnior)

Acrescenta os §4º e §5º ao artigo 140 do Código Penal, como qualificadora do crime de injúria motivado em razão da condição de gênero feminino, através de misoginia.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-1960/2021.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2023. (Do Sr. Rubens Pereira Júnior)

Acrescenta os §4º e §5º ao artigo 140 do Código Penal, como qualificadora do crime de injúria motivado em razão da condição de gênero feminino, através de misoginia.

### O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** - Esta lei acrescenta os §4º e §5º ao artigo 140 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para qualificar o crime de injúria quando praticado através de misoginia.

**Art. 2º -** O artigo 140 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com as seguintes alterações:

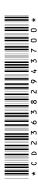
"/	4 <i>r</i>	t.	1	40	).		 	 	 _							 			 			 					 					 				 		 _				_					 	 						 	 			
•	•	•	•	•		•	 	•	 -	•	 •	•	-	•	 -	•	-	 -		-	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•	-		-	 •	•	•	-	•	_	•	•	 -	•	-	•	•	-	•	•	•	•	-	-	•

§4°. Se a injúria for praticada através de meios, palavras, cantos, gestos, atos, elementos ou conteúdos com caráter misóginos contra alguém em razão do seu sexo feminino:

Pena – reclusão de um a três anos e multa.

§5°. As condutas previstas no §3° e §4° equivalem-se ao crime de racismo, quanto à imprescritibilidade e inafiançabilidade". (NR)

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





Apresentação: 07/03/2023 13:23:20.933 - MESA

## **JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de Projeto de Lei com o objetivo de estabelecer como qualificadora o crime de injúria motivado em razão da condição de gênero feminino, através de misoginia.

A misoginia é uma forma de discriminação e violência de gênero que se baseia na crença de que as mulheres são inferiores aos homens. Essa atitude pode se manifestar de diversas formas, desde insultos e discriminação até a violência física e sexual. A misoginia é prejudicial não só para as mulheres individualmente, mas também para a sociedade como um todo, pois perpetua a desigualdade de gênero e reforça estereótipos prejudiciais.

Os crimes de violência de gênero nascem de condutas misóginas. Segundo a professora Valeska Zanello a criminalização da misoginia é tão necessária quanto a do racismo e LGBTfobia: "Se é errado discriminar uma pessoa em função de sua sexualidade ou da cor de sua pele, também deve ser crime que uma pessoa seja discriminada por causa de seu gênero"<sup>1</sup>.

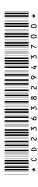
A criminalização da misoginia é importante porque enviará uma mensagem clara de que esse comportamento é inaceitável e que a sociedade está comprometida em acabar com a violência e a discriminação de gênero. Isso pode ajudar a mudar as atitudes e comportamentos em relação às mulheres e a promover a igualdade de gênero.

Além disso, a criminalização da misoginia pode ajudar a aumentar a conscientização sobre o problema e a promover a educação sobre a igualdade de gênero. A lei pode ser um importante instrumento para mudar as atitudes e comportamentos, mas também é importante investir em programas educacionais e campanhas de conscientização para promover a igualdade de gênero.

Por fim, a criminalização da misoginia é uma medida importante para proteger as mulheres contra a violência e discriminação baseadas em seu gênero. Isso pode ajudar a aumentar a segurança das mulheres e a promover a igualdade de oportunidades em todos os aspectos da vida.

<sup>1</sup> https://www.sinprodf.org.br/projeto-preve-criminalizacao-da-misoginia/#:~:text=No%20evento %20Vida%20em%20Palavras.por%20causa%20de%20seu%20g%C3%AAnero%E2%80%9D%2C





Sala das Sessões, de março de 2023.

## **RUBENS PEREIRA JÚNIOR**

Deputado Federal





## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CEDI

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
DECRETO-LEI № 2.848,	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-
DE 7 DE DEZEMBRO DE	<u>1207;2848</u>
1940	
Art. 140	

1

#### **FIM DO DOCUMENTO**